

UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE REFERENCIAÇÃO EM NARRATIVAS ORAIS

Emanuel Fontel*

RESUMO: *Com base em um corpus de quarenta e cinco narrativas orais, pertencentes ao banco de dados do projeto IFINOPAP (O imaginário nas Formas Narrativas Oraís da Amazônia Paraense), desenvolvido na UFPA, analisam-se processos de referenciação construídos por meio de anáforas associativas e esquemáticas. A pesquisa norteou-se pela perspectiva funcionalista, que considera haver, em qualquer produção discursiva, a integração dos fatores cognitivos, sócio-interacionais e lingüísticos, bem como, no que se refere especificamente ao processo de referenciação, considera os referentes como objetos-de-discurso e não como entidades do mundo aprorístico.*

PALAVRAS-CHAVE: *referenciação; objetos-de-discurso; anáfora associativa; anáfora esquemática.*

As narrativas orais, analisadas no trabalho em questão, pertencem ao banco de dados do projeto IFINOPAP (o Imaginário nas Formas Narrativas Oraís Populares da Amazônia Paraense), desenvolvido pelo Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Pará. Entre os objetivos desse projeto está a descrição de estratégias das quais o amazônida paraense se vale para elaborar o seu discurso, a exemplo das anáforas associativas e esquemáticas.

Baseando-nos em orientações de ordem funcionalista, que compreendem a produção discursiva como uma atividade para a

* Universidade Federal do Pará - UFPA

qual convergem, substancialmente, fatores de ordem lingüística, sócio-interacional e cognitiva, analisamos o processo de referenciação, operado por meio de anáforas associativas e esquemáticas. A análise tem em consideração que os referentes do discurso não são dados apriorísticos do mundo ontológico, mas objetos-de-discurso, conforme propõem Mondada (1994), Apothéloz (1995) e, mais especificamente, Apothéloz & Rechler-Béguelin (1995). Também tem em conta que o processo de recategorização, mobilizado nas anáforas associativas e esquemáticas, é muito mais que um instrumento de progressão referencial, porquanto evidencia a configuração discursiva que o falante imprime no referente, a fim de melhor exteriorizar seus propósitos interlocutivos.

A referenciação como processo cognitivo-interacional

A língua, como um instrumento de interação verbal, pressupõe cooperação e organização. A cooperação é pressuposta porque a utilização da linguagem para fins de interação só se justifica em contextos que apresentem mais de um participante. Já a organização é pressuposta por conta do caráter estrutural da linguagem, que assim se configura por ser governada por regras de natureza diversa.

Reportando-nos à posição de Neves (1997, p.20), segundo a qual “a relação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário é *mediada*, mas não *estabelecida*, pela expressão lingüística”, podemos ter em consideração que boa parte das nossas intenções interlocutivas não se concretizam explicitamente por meio de elementos lingüísticos. Não obstante, para muito além dos enunciados, estão as enunciações, porquanto, muitas vezes, o enunciado explicita apenas parte das intenções do nosso dizer.

Para maior explicitude acerca da natureza não apenas estrutural da linguagem, vale recorrer à metáfora do iceberg, construída por Fauconnier (1997, p.2): “o que é visto por meio da linguagem é apenas a ponta de um iceberg, que é o sentido invisível daquilo em

que pensamos ou do que falamos.” Se a linguagem revela apenas a ponta do iceberg, a que corresponde todo o resto do bloco de gelo? Certamente, uma parte desse resto estará reservada à cognição. Importa-nos, então, explicitar o conceito de cognição e suas implicações no processo de produção da linguagem, o que faremos a seguir.

As orientações de ordem funcionalista concebem haver uma interrelação entre cognição e cultura e, dessa forma, vêem “o ser humano como um conjunto de sistemas cognitivos, tais como: linguagem, percepção, afeto, atenção, memória, estrutura cultural e assim por diante” (Marcuschi, 1999a, p.1).

Em complemento a essa posição de Marcuschi (1999a), reportamo-nos também à Mondada (1997, p. 295), que, ao tratar do processo de categorização referencial, compreende que a prototipicalização de referentes, como um processamento cognitivo do discurso, deve ser visto em termos de operação e não em termos de entidades, desse modo, deve-se substituir a visão representacional das categorias por uma concepção que, ao contrário, leve em conta o fato de que os usos lingüísticos são reflexivos e remetem a mediações simbólicas utilizadas e aos contextos de sua prática.

Assim, pode-se inferir que a natureza cognitiva da linguagem, para Mondada (1997), caracteriza-se substancialmente como integradora, ou seja, a natureza cognitiva da linguagem não se revela por meio de entidades que representam a realidade, mas por meio de atividades dinâmicas e reflexivas. Essa visão de cognição espelha a apreensão de que a linguagem é uma atividade sócio-cognitiva, haja vista que qualquer processamento discursivo só se manifesta por meio do consórcio de fatores lingüísticos com fatores cognitivos, interacionais, culturais e contextuais, conforme postula Marcuschi (1999b).

A referenciação como atividade sócio-cultural

Considerando que qualquer prática discursiva se estabelece na concorrência de fatores lingüísticos, cognitivos e sociais, pode-

mos postular que o texto é “o lugar característico da interação epistemológica dos seres humanos com o mundo da experiência, ou simplesmente o lugar da própria experiência. Não importa sua extensão, nem se falado ou escrito, um texto sempre põe em andamento um espaço cognitivo” (Marcuschi, 1999 a, p.4). Dessa forma, consideramos, em consonância com Apothéloz & Reicher-Béguelin (1995) e Mondada & Dubois (1995), que é por meio da linguagem que o homem apreende e constrói as referências de mundo, porquanto os referentes textuais não são objetos-do-mundo, mas objetos-de-discurso.

Não queremos dizer com isso que as entidades discursivas evocadas pelo falante decorrem de apreensões fantasiosas, sem qualquer relação com a realidade extra-mental. Ao contrário, concebemos que as apreensões do mundo real balizam a construção das entidades do discurso, sem, contudo, serem pressupostas relações literais, extensionais, lógicas, temporais, causais ou referenciais entre as entidades desses dois mundos, quais sejam: o mundo discursivo e o mundo natural. Assim sendo, estamos imbuídos do preceito referido por Marcuschi (1999b, p.5): “ao termos que acessar o mundo pelo discurso, é do discurso que partimos e não do mundo como tal.”

A noção de objeto-de-discurso decorre da concepção de que as entidades discursivas não possuem uma forma pré-determinada, visto que a emergência dos propósitos do falante, constantemente, as reformula e as reconfigura. Decorre, portanto, da concepção de que tais entidades não pré-existem às ações interlocucionais, posto serem nessas e por meio dessas ações que os referentes textuais são introduzidos, construídos, delimitados, desenvolvidos e transformados no e pelo discurso.

A propósito desse aspecto, remetemo-nos à Mondada (1994) para quem a determinação de um referente textual como objeto-de-discurso, e não como objeto do mundo, sustenta-se na possibilidade de uma (re)configuração progressivamente construída por meio

de novos aspectos e propriedades que se vão articulando e possibilitando a recategorização dos referentes. Desse modo, a referenciação, para Mondada (1994), está diretamente relacionada a um outro aspecto do processamento discursivo: o processo de categorização de referentes.

A construção de categorias discursivas se opõe necessariamente a uma visão cartográfica e realista da linguagem, bem como se opõe à visão mediadora da língua. Dessa maneira, a linguagem sustenta-se numa visão de língua como atividade cognitiva, que constrói discursivamente a realidade. Apóia-se, portanto, numa visão de referenciação como um processo de geração de domínios referenciais. Sendo assim, o ponto de vista de Mondada (1997) é o de que a categorização corresponde a uma estruturação categorial do saber ordinário para fins práticos.

A referenciação como produção textual-discursiva

Conforme já pontuado anteriormente, o processo de produção discursiva exige a integração de fatores de ordem sócio-cognitiva com fatores lingüísticos. Essa integração possibilita ao falante construir (novos) sentidos, e também (novos) referentes, por meio da aproximação de mundos que só encontram similaridade nos domínios cognitivamente organizados pelo falante. Sendo assim, a referenciação, por constituir-se em um processo de produção discursiva, configura-se, sobretudo, como um instrumento de construção da coerência, manifestada por meio da progressão referencial do discurso.

Quanto a esse aspecto, chamamos atenção para o fato de que Marcuschi (1999b), baseando-se em Givón (1995), admite a coerência ser vista em dois níveis de construção: o nível textual e o nível mental. Tendo em consideração esses dois níveis, Givón (1995, p.75-6) propõe sete teses explicativas do processo de construção da coerência discursiva, das quais nos interessa aquela que, por estar

diretamente relacionada à progressão referencial do discurso, entende a coerência como continuidade ou recorrência de elementos.

Essa progressão referencial corresponde ao mecanismo discursivo de introdução, identificação, preservação, continuidade, retomada e remissão de referentes, por meio do qual se estabelecem as cadeias referenciais.

É importante destacar que a recorrência de um referente não pressupõe a manutenção da configuração morfossintática dele, uma vez que o processo de referenciação “contribui para a formação de espaços cognitivos e não simplesmente de locais” (Marcuschi, 1999b, p.14), o que possibilita, por exemplo, a conectividade hierárquica e ordenada entre diversos elementos, de maneira que esse processamento possa constituir-se em uma representação textual de base. Essa conectividade Givón (1995, p.65) chamou coerência referencial, que se concretiza discursivamente por meio de relações de base gramatical ou lexical retrospectivas (anáforas) ou prospectivas (catáforas), deixando pressuposto que a referenciação perpassa tanto o plano lógico-semântico-pragmático quanto o plano lingüístico-gramatical.

Dessa forma, a referenciação, operada por várias estratégias de progressão referencial, é responsável tanto pela coerência quanto pela coesão do discurso, conforme também corrobora Marcuschi (1999b, p. 14), quando considera que “a referenciação, como fio condutor de base, contribui tanto para a formação de relações locais como para o estabelecimento de canais temáticos e para a construção de representações globais”. Devemos considerar ainda que, embora, muitas vezes, possa haver lapsos só preenchidos por investimentos em conhecimentos externos ao discurso, sempre será necessária uma base lingüística por meio da qual se possa construir a coerência discursiva, porquanto a coerência impescinde primeiramente de um controle textual que equilibra a contigência de aspectos internos e externos na produção de sentidos.

A natureza discursiva da referenciação possibilita-nos considerar que os referentes podem até configurar uma realidade próxima – jamais a mesma realidade – sem contudo, serem pressupostos traços de co-referencialidade e de co-significação. Nesses casos, o próprio discurso se encarrega de esclarecer as relações referenciais que configuram as intenções do falante.

Desse modo, concordamos com Koch & Marcuschi (1998, p.179), que, ao tratarem da natureza contextual da significação, consideram-na como uma atividade de natureza discursiva que se efetiva segundo os propósitos interlocucionais do falante e negam, assim, a possibilidade de essa atividade discursiva ser explicada por meio de uma semântica extensional.

Nesse sentido assim se expressam: “seguramente, as noções de *intensão* e *extensão* serão fundamentais como contribuição fundamental para os processos inferenciais, mas não se deve cair na armadilha de uma semântica extensional, pois uma semântica exclusivamente extensional opera com um sistema de etiquetagem e não tem maiores problemas com a multiplicação indefinida dos seres a que a etiqueta se aplica. Essa semântica tem características de estaticidade, alia-se a uma ontologia essencialista e ingênua e sugere uma relação aparentemente isomorfa entre mundo e linguagem”.

A co-referência e a co-significação estão diretamente relacionadas com o processo de recategorização, que, segundo Apothéloz (1995), corresponde a uma estratégia discursiva em que, por meio de heterogeneidades semânticas, o falante constrói, nos discursos, coerência e coesividade implícitas. Essa textualidade implícita decorre da natureza essencialmente processual, o quer dizer dinâmica e colaborativa, da construção dos sentidos (Apothéloz & Reichler-Béguelin, 1995; Mondada & Dubois, 1995), tendo em vista que o sentido não está na imanência do discurso, mas se instaura naquilo que resulta dos recursos que o falante mobiliza e na configuração que tal falante, por meio dos recursos mobilizados discursivamente,

sivamente, imprime nos objetos-de-discurso, para exteriorizar seus propósitos interlocucionais.

Em resumo, a recategorização corresponde a uma estratégia de processamento em que os objetos-de-discurso vão recebendo, consoante os propósitos interlocucionais, novas configurações morfo-sintático-semânticas, à medida que o falante expressa a pretensão de exteriorizar juízos de valor, características, atributos, entre outros aspectos, desses objetos-de-discurso.

A visão processual da construção de sentidos pressupõe necessariamente um entendimento dinâmico da construção dos significados semânticos dos referentes. Conseqüentemente, nega a ocorrência de sentidos literais e extensionais, porque nega a significação como um dado realista. Isso explica a ocorrência de termos que, embora recubram o mesmo referente, em outras palavras, sejam co-referenciais, não apresentam traços sinonímicos; ou de referentes que, embora apresentem traços sinonímicos, isto é, sejam co-significativos, não recobrem o mesmo referente. Assim, a recategorização de um referente não está condicionada à existência de traços de co-referência e/ou de co-significação.

A co-significação corresponde à existência de traços semânticos parcialmente idênticos entre os referentes de uma mesma cadeia referencial, já a co-referência, numa perspectiva restrita, diz respeito, tal qual a definem Halliday & Hassan (1976), à propriedade de certos itens lingüísticos, chamados diretivos, não serem interpretados segundo seus traços semânticos ou lexicais, mas à propriedade que eles têm de apontar para outros itens do cotexto, capazes de revelar a significação desses itens diretivos. Em uma perspectiva ampla, podemos dizer que a co-referência corresponde à propriedade de um certo referente recobrir pontualmente outro, havendo entre ambos uma certa identidade referencial.

Em síntese, a referenciação pode ser compreendida como um fenômeno discursivo em que o falante mobiliza aspectos lingüísticos, cognitivos e interacionais para construir, segundo seus propósitos,

os referentes do discurso, considerados como objetos-de-discurso e não como entidades extensionais do mundo natural.

A referenciação em narrativas orais

A referenciação pode ser processada discursivamente tanto por mecanismos de prospecção quanto por de retrospecção. Desse modo, podemos considerar que, na progressão referencial do discurso, a atividade anafórica se apresenta como um instrumental.

Temos conhecimento de que a anáfora tem sido analisada como uma atividade discursiva em que um elemento da superfície textual, chamado *anaforizador*, retoma, parcial ou totalmente, um outro elemento, chamado *referente textual*. Entre aquele e este, considera-se existir uma certa identidade referencial, fundada em uma relação de continuidade, que se evidencia pelos aspectos extensionais e pela congruência gramatical desses elementos. Por isso, vê-se, tradicionalmente, a relação anafórica como uma retomada co-referencial e/ou co-significativa de referentes textuais por meio de elementos gramaticais ou lexicais.

Considerando essa visão restrita de anáfora, Milner (1982) compreende que a relação anafórica é estabelecida entre duas unidades *A* e *B* quando, para a interpretação de *B*, é imprescindível a presença de *A*. Esse tipo de relação é possível quando *B* é um pronome cujo sentido não é senão uma referência virtual, estabelecida pela presença de um *A*, correspondente a um nome (*N*). Também pode ser estabelecida quando *B* é um *N* em que a configuração definida desse *N* depende fundamentalmente da ocorrência no cotexto de um outro *N*, havendo entre esses dois *N* uma relação de identidade, ainda que apenas do ponto de vista lexical.

A anáfora operada por meio de pronome Milner (1982) chamou *anáfora pronominal* e a operada por meio de um item lexical chamou *anáfora lexical*. O autor considerou ainda que esta última pode ser realizada apenas por repetições lexicais ou por itens lexicais

sinonímicos, porquanto a relação semântica estabelecida entre esses itens deve estar aprioristicamente prevista no léxico.

Em resumo, a anáfora, concebida segundo Milner (1982), representa uma retomada, efetivada por meio de itens pronominais ou lexicais, de propriedades totais ou parciais de um certo referente. Entre os elementos anafóricos pode haver, portanto, uma certa relação de identidade referencial – co-referência –, ou de identidade semântica – co-significação. É importante deixar claro, no entanto, que Milner (1982) considera que a co-referência é indispensável à existência de operações anafóricas e a co-significação é parcialmente indispensável, pois o autor não admite relação anafórica quando a interpretação de um item lexical estiver condicionada apenas a investimentos em conhecimentos externos ao discurso.

Muitos outros aspectos podem ser evidenciados quanto ao que diz respeito à atividade anafórica, porém fazer um detalhamento do assunto não é o objetivo central da pesquisa que ora apresentamos. Assim, a anáfora será vista nesse trabalho apenas como um instrumental do processo de referência, o que encontra respaldo nas orientações teóricas, como as de Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995), que, conforme já dito, não consideram a anáfora como uma simples operação de designação de referente, mas, sim, como uma estratégia discursiva que opera transformações nos objetos-de-discurso e possibilita a evolução da referência.

Também encontra consonância em Kock & Marcuschi (1998), para quem o mecanismo de anaforização precisa deixar de ser visto como uma uniformização da continuidade referencial, visto que, muitas vezes, “a expressão *retomada* nem sempre designa uma retomada referencial em sentido estrito, mas é apenas uma espécie de *remissão* que estabelece o contínuo tópico” (Koch & Marcuschi, 1998, p.179).

As orientações teóricas de Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995) e de Kock & Marcuschi (1998) nos levam a negar a idéia de

retomada pronominal e lexical como reprocessamento de todas as propriedades de um referente, exigida como pré-requisito por Milner (1982). Dessa forma, concebemos a atividade anafórica em uma perspectiva ampla, tal como aquela que a compreende ser uma atividade discursiva por meio da qual o falante constrói a progressão referencial do seu discurso, utilizando-se de itens tanto lexicais quanto pronominais, operados ou não por meio de co-referência e/ou de co-significação. Ou seja, concebemos o mecanismo anafórico como um cálculo referencial por meio do qual o falante designa, com base em seus propósitos interlocutivos, totalmente (retomada), parcialmente (remissão) ou até mesmo não designa (referenciação sem retomada e sem remissão) as propriedades dos objetos-de-discurso (Koch & Marcuschi, 1998).

Importa-nos ressaltar que esses três tipos de procedimento anafórico atendem, com justeza, à problematização teórica da referenciação, realizada por anáforas em seu sentido tanto restrito, que se relaciona apenas ao processo de referenciação por retomada, quanto amplo, que corresponde aos processos de referenciação por remissão ou sem retomada e sem remissão.

Considerando os aspectos teóricos acima, analisamos os processos de referenciação por anáforas associativas e esquemáticas, identificados no “corpus” de 45 narrativas orais em que foram identificadas 1587 ocorrências de processos de referenciação, observados conforme o esquema a seguir apresentado:

Marcuschi (2000) propõe a consideração de sete procedimentos anafóricos, dos quais três envolvem retomada: {1}, {2} e {3}; três, remissão: {4}, {5} e {6}; e um não envolve nem retomada nem remissão: {7}.

{1} Retomada explícita de antecedente por repetição de item ou construção lingüística com estabilidade/continuidade referencial;

{2} Retomada explícita do antecedente por pronome com estabilidade/continuidade referencial;

{3} Retomada implícita de antecedente por sinonímia, paráfrase, associação, metonímia com estabilidade/continuidade referencial;

{4} Remissão e retomada implícita de antecedente não pontualizado e com reorientação referencial realizada por dêiticos textuais;

{5} Remissão e retomada implícita de antecedente e reorientação referencial por nominalização/verbo ou hipo/hiperonímia;

{6} Remissão sem retomada de antecedente e reorientação referencial por rotulações metalingüísticas ou de força ilocutória.

{7} Sem remissão e sem retomada de antecedente, com construção referencial induzida por pronome/nome ou construção nominal.

Tal como se pode perceber pelo esquema de Marcuschi (2000), as anáforas associativas correspondem a estratégias que envolvem processos de retomada (tipo 3) e as anáforas esquemáticas a processos que não envolvem nem retomada nem remissão (tipo 7). A seguir, passamos ao exame somente dos esquemas anafóricos correspondentes ao objeto de análise desta pesquisa.

Em conformidade com os resultados, inferimos que, para exteriorizar seus propósitos interlocucionais, preferencialmente, os falantes em causa se valem de processos de retomada. Essa preferência parecia, a nosso ver, a princípio, não ser concretizável haja vista pré-julgarmos que o fator baixo grau de escolaridade relativo a tais falantes os levaria a realizar processos de referência que envolvessem menos relações de co-referencialidade, ou seja, de retomada, e mais de remissão ou de referência sem retomada e sem remissão.

TABELA 1: Referenciação por Retomada, por Remissão e sem Retomada e sem Remissão

PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
RETOMADA	1550	97,66%
REMISSÃO	10	0,63%
SEM RETOMADA E SEM REMISSÃO	27	1,70%
TOTAL	1587	100%

Processos de referenciação que envolvem retomada

As retomadas dão possibilidade ao falante de recategorizar os referentes discursivos, com vistas a promover a progressão referencial, ajudando o interlocutor a manter sua atenção em um certo referente, já estabelecido no discurso. Considera-se que o traço de co-referencialidade, característico desse tipo de processo de referenciação, desempenha um importante papel na consecução de um discurso coerente e coeso por parte do falante.

A referenciação por retomada aqui foi vista como um tipo de processamento discursivo, em que um elemento pronominal ou item/construção lexical recobre pontualmente um referente que lhe é anterior no discurso, havendo, dessa forma, entre o anaforizante e o anaforizado uma certa identidade de referência e de sentido.

Esse tipo de atividade anafórica, conforme visto na tabela, foi o mais incidente no "corpus".

Retomada implícita de antecedente por sinonímia, paráfrase, associação, metonímia com estabilidade/continuidade referencial

Com base em Koch & Marcuschi (1998) e, mais especificamente, em Marcuschi (1998) e Marcuschi (1999a), os casos de referenciação por meio dessas relações semânticas correspondem à estratégia de retomada de referentes baseada na significação lexical, mantendo ou não a co-referencialidade. Considerando, conforme anteriormente dito, que as anáforas não são apenas opera-

ções de designação referencial por meio das quais se processam retomadas, mas estratégias discursivas capazes de produzir também transformações nos objetos-de-discurso, Koch & Marcuschi (1998) entendem que a recategorização lexical implícita é um tipo de processamento discursivo em que um objeto-de-discurso remete a um referente e o retoma não só redenominando esse referente, mas também modificando algum aspecto dele.

A análise da estratégia em causa, portanto, não visa à determinação de correspondência de sentidos literais entre referentes, mas, sim, à identificação de estratégias por meio das quais o falante constrói a referenciação no seu discurso, tendo por base a maneira como a sua cognição apreende as relações semântico-discursivas entre os objetos-de-discurso. Esse processo, segundo Marcuschi (2000, p. 89), envolve a relação anafórica cujo esquema categorial se configura como [+correferência], [+recategorização], [-co-significação].

Chama-nos atenção também o fato de que esse processo de retomada implícita é, sobretudo, um processo que institui um referente com base na construção de categorias, ou seja, um processo em que a construção de um referente se funda na maneira como a cognição do falante apreende e agrupa esse referente numa categoria de objetos, de seres, de atividades etc.

No processo inferencial decorrente de associações, o falante se vale de termos com relação semântica muito próxima ou não. Para entendermos melhor esse processo, reportamo-nos a Berrendonner & Reichler-Béguelin (1995, p. 26), que compreendem as anáforas associativas como “todas as expressões referenciais cuja interpretação põe em jogo as operações de raciocínio. Essas operações lógico-naturais, freqüentemente muito complexas, consistem não somente em inferir um objeto-de-discurso, mas também em inferir um atributo de um objeto a partir de um outro atributo desse objeto.”

No “corpus” foram identificadas 71 ocorrências de anáforas associativas, dentre as quais observamos casos em que o processo

de referenciação por retomada implícita aqui analisada demonstra, em relação ao referente, juízos subjetivos que motivam escolha de forma de tratamento, seleção de propriedades atributivas, concepções culturais, alusão indefinida/genérica, constituição em processo. Os fragmentos a seguir apresentam o tipo de estratégia apontada.

No fragmento (1), a seguir, a retomada por sinonímia organiza os referentes em torno de duas categorias, baseadas, sobretudo, nas ações que esses referentes desenvolvem no mundo. O referente é categorizado, inicialmente, como dois garotinhos e adiante recategorizado por meio do SN dois meninos. Acreditamos que aquele SN tenha sido retomado por este, em virtude da função que fora atribuída ao referente no mundo – a de ir atrás do referente égua –, porquanto a recategorização de dois garotinhos, por um SN cujo núcleo não está no grau diminutivo (dois meninos), leva a se perceberem os propósitos do falante em relacionar aquele referente (dois garotinhos) com a incumbência de “irem atrás da égua”, que exige certo nível de destreza para seu desempenho.

(1)...aí tinha dois garotinhos ... mas era distante ... aí quando foi de manhã tinha sumido uma égua do meu pai viu ? aí ele colocou dois meninos pra irem atrás da égua... (A fuga da égua – Cameté)

O processo de referenciação realizado em (2), a seguir, assemelha-se ao realizado em (1) quanto à motivação discursiva do falante: a forma referencial uma capelazinha expressa um valor afetivo do falante em relação ao referente; e o SN essa dita igreja recategoriza o referente relacionando-o a uma categoria de construção, caracterizada como um templo de porte maior, depois de ter sido construída por ordem do prefeito da cidade.

(2) ... arrumaram uma pessoa pra tratar pra cuidar lá da ca/lá da capelazinha ... um dia tinha um prefeito [...] mandou levantarem essa dita igreja... (Nossa Senhora da Conceição – Soure)

No fragmento (3), a seguir, ao contrário dos casos (1) e (2) observamos que o processo de referenciação reflete nitidamente uma apreensão de ordem afetiva do falante em relação ao referente. Essa apreensão deve-se à predicação foi se tornando forte ... ficando forte (atribuída ao referente, o menino), que, possivelmente, encaminha o processo de recategorização por meio do SN o bichinho, pelo fato de o referente ser uma pessoa franzina.

(3)...aí o menino foi se tornando forte ... ficando forte...aí quando foi um belo dia o bichinho já tava bem forte... (A lenda do guaraná – Castanhal)

Vemos que, por meio do processo de recategorização, o falante pôde expressar seu propósito de destacar uma certa qualidade ou atributo do referente que julga importante para a consecução dos seus objetivos interlocucionais. Dessa forma, a referenciação manifesta-se também não somente como um mecanismo de progressão referencial, mas também como uma importante estratégia argumentativa.

A referenciação, como uma estratégia de progressão textual e também como estratégia de reorientação argumentativa, não mobiliza somente atributos, mas também pontos-de-vista, julgamentos, muitas vezes baseados em concepções culturais, que demonstram a apreensão do falante em relação ao referente. Vejamos, nesse particular, o que ocorre no fragmento (4).

(4)...a princípio eu pensei que ...fosse um...um uma reunião de macumba de terreiro né? porque geralmente as pessoas assim desse ritual de macumba ou candomblé fazem reunião... (ET de Altamira – Altamira)

Nesse fragmento, a cognição do falante apreende o culto à macumba ora como reunião ora como ritual. Reportando-nos ao princípio da identificação ou de acessibilidade, proposto por Fauconnier (1994), segundo o qual as entidades se conectam por meio de similaridades ou de discrepâncias, que permitem o acesso às informações relativas às experiências sociais, culturais, históricas

as e de várias outras ordens, podemos pressupor que os itens reunião e ritual são construtores de espaços mentais que se interconectam pelo traço comum que dividem, qual seja: o de ambos representarem um agrupamento de pessoas.

Contudo, nessa similaridade semântica, há de se considerar que ritual e reunião denotam, pragmaticamente, aspectos diferentes, visto que um ritual requer formalidade nem sempre exigida em uma reunião qualquer, além de, muitas vezes, a idéia de ritualidade estar diretamente relacionada com fins sobrenaturais ou espirituais. Dessa modo, recategorizar o referente uma reunião de macumba de terreiro por esse ritual de macumba de candomblé implica reorientar argumentativamente os sentidos desse referente por meio de um ponto de vista ou por um julgamento, baseados nas experiências sócio-culturais do falante e nas crenças que daí advêm.

O “corpus” revelou ainda ocorrências em que o falante, ao processar a progressão referencial, envolve indefinidos virtuais determinados, ou não, como itens recategorizados ou recategorizadores.

No fragmento (5), a seguir, o falante introduz em seu discurso um referente desconhecido, usando o SN indefinido virtual um certo camarada, e, ao promover a progressão referencial, reafirma o desconhecimento que tem do referente, retomando-o por um SN também indefinido virtual, o cara.

(5) ... ele contava que ele já foi diversas vezes passado lá por um certo camarada que passava ele lá de canoa [...] o cara ia mandava ele embarcar atravessava pro outro lado e ele ia embora ... (O olho d'água – Santarém)

Processo de referenciação em parte idêntico ao observado no fragmento (5) ocorre no fragmento (6). O falante categoriza inicialmente o referente usando uma forma referencial indefinida virtual o cara e depois o retoma por meio de uma forma não mais indefinida virtual, o rapaz, intencionando, talvez, configurar o referente como uma pessoa jovem e do sexo masculino, configura-

ções estas que o núcleo da forma referencial o rapaz se encarrega de instaurar no discurso.

(6) ... o cara atira na garça ... erra o tiro... e ela passa em cima do cara ... quando o rapaz chega ... (Mistérios de Gurupá - Soure)

Processos de referência sem retomada e sem remissão

Esse tipo de processo representa uma estratégia propícia à revelação de propósito em imprimir no discurso uma formulação mais temática e menos figurativa dos referentes. Observamos ocorrências em que se realizaram progressões referenciais processadas pelo pronome *ele(a)(s)* não co-referencial bem como por itens lexicais construídos discursivamente.

Analisando processos de referência sem retomada e sem remissão, realizados pelo pronome *ele(a)(s)*, Kleiber (1994) apontou algumas das características da estratégia de referência em causa: o pronome *ele* apresenta restrição de forma (masculino plural), mas não apresenta restrição morfossintática, tal qual ocorre com a referência de base co-referencial. Segundo o autor, “esse plural porta uma característica referencial coletiva, realizando uma referência indireta [...] a forma *eles* quase sempre está para pessoa ou ser animado [...], sugere coletividade, mas de indivíduo, e não genericamente como um indefinido” (Kleiber, 1994 p.169).

Esse processo de referência, conforme Marcuschi (1998, p.06), prescinde de uma relação anafórica prototípica, visto que o item pronominal não possui no cotexto um referente que lhe anteceda, estabelecendo-se no discurso como uma “solução de esquemas cognitivos”. Com base nesses aspectos, Marcuschi (1998, p.07) propôs chamar esse tipo de estratégia de referência *anáfora esquemática*.

Considerando que a anáfora esquemática realiza um tipo de referenciação *discreta* – contingente – Marcuschi (1998) reporta-se a Kleiber (1994, p.173), para quem o pronome *eles* “tem uma característica que torna seus referentes a uma só vez indeterminados e determinados, pois embora não sejam discretizados – contingentes – também não são genéricos – são identificáveis”. Esse tipo de encaminhamento do discurso emerge da natureza cognitivo-interacional da referenciação, pois o falante intui que a construção cooperativa nos usos da linguagem lhe permite não ter a preocupação de explicitar todos os referentes, uma vez que seu interlocutor pode inferir a existência desses referentes de informações sugeridas ou não no discurso.

O processo de referenciação em causa apresentou 27 ocorrências de anáforas esquemáticas. Desse total 92,6% (25/27) de ocorrências correspondiam às realizações por meio do pronome *ele(a)(s)*, e 7,4% (2/27), às realizações por meio de item lexical.

Identificamos no “corpus” anáforas esquemáticas em que o pronome *eles* se relaciona com idéias sugeridas do sentido coletivo de um termo (7); com idéias que revelam conhecimento particular do narrador (8); com idéias sugeridas por mais de um referente e/ou de mais de uma predicação textuais (49).

No fragmento (7), podemos observar que o referente a família aciona um “frame”, com base no qual o falante mobiliza o pronome *eles* para processar a referenciação em seu discurso. Essa operação é produzida por meio de uma atividade inferencial e, desse modo, estabelecida em virtude da geração de espaços mentais, que, nesse caso, é sugerida pelo referente a família. O falante, entendendo que o referente a família corresponde a um conjunto de pessoas que mantêm entre si uma relação de parentesco não necessariamente do sexo feminino, utiliza-se da forma referencial com item pronominal na terceira pessoa no masculino plural para encaminhar seu discurso. É importante observar que o referente *eles*, embora não especifique os componentes referenciados pelo SN a família, tam-

bém não lhes atribui uma configuração genérica, porquanto são passíveis de serem discretizados.

(7) ...tinha uma casa que só nessa casa...morreu dez pessoas... [...] e a família abandonaram a casa...então lá tinha muita fruta...e eles pediram pra esse João Leopoldino ir morar lá na casa (Visagem II – Abaetetuba)

Do espaço mental acionado, no fragmento (8), pelo referente dono [do olho d'água], no singular, o narrador realiza a progressão referencial por meio do pronome eles. Supomos que do referente dono o narrador infira um referente de valor plural, coletivo, por ter conhecimento de que há mais de um dono do olho d'água.

(8) ... então tem um olho de água que antigamente tinha dono...só que agora eles venderam ... tiraram a casa... (O olho d'água – Santarém)

A ocorrência observada no fragmento (9) dá mostras de que a *anáfora esquemática* é construída com base em um espaço mental acionado por mais de um elemento lexical. Há um conjunto de informações, sobretudo, de natureza locacional (Maranhão, Bragança, aqui, lá), que expressam espaços físicos, construtores de espaços mentais. Com base nesses espaços, a referência é operada por meio de um processamento metonímico em que o narrador infere, com base nos espaços mentais acionados, os habitantes do Estado do Maranhão, e, assim, toma esses habitantes pelo território em que habitam.

Por outro lado, a referência por processos metonímicos caracteriza-se por um processamento discursivo em que o falante constrói um objeto-de-discurso por meio da explicitação de uma propriedade ou atributo marcante desse objeto, de modo que há, entre o elemento que introduz um referente e o elemento que o recategoriza, uma substancial proximidade de sentido. Nesses casos, o falante parece mobilizar, na construção de sentidos, relações tanto de natureza léxico-semântica quanto de natureza inferencial.

(9) ... ele disse que uma vez ele trabalhava nesse barco com um fulano lá no Maranhão...alugou esse barco só pra ir buscar uma farinha aqui em Bragança né?...que a farinha daqui...amarelinha ... eles chamam pra lá de barro... (O mistério do Vietnã – Bragança)

Fugindo da configuração prototípica da anáfora esquemática, sugerida por Kleiber (1994), identificamos ocorrências em que o processo de referenciação se dá por meio do item pronominal na terceira pessoa do singular, ora mantendo a configuração semântica [+animado] e [+humano] ora [+animado] e [-humano].

No fragmentos (10) a forma singular do pronome *ele* configura um referente individualizado que expressa o gênero da pessoa a que o falante alude. Essa configuração tem por base o domínio implícito relativo ao espaço referencial criado pelo narrador a partir, respectivamente, dos SNs a pessoa, uma criança e aquela pessoa, cujos núcleos se referem a nomes sobrecomuns. Dessa forma, o referenciador discursivo *ele* promove a progressão referencial, diferentemente, em parte, da que promove em uma anáfora esquemática prototípica, pois, embora configure individualmente os referentes, mantém-nos com a característica de indeterminação e de virtualidade.

(10) ...então eu acho que é uma pessoa que se vira em porco...diz que é lobisonho...uma (fadista) né? é uma...aquelas vontade que a pessoa tem de ser...em vez dele procurar uma outra idéia de viver numa tranqüilidade...procura assim obedecer o plano de Satanás... (Aconteceu no Maranhão – Cametá)

Também o “corpus” evidenciou ocorrências em que a progressão referencial se realiza pela repetição de um item lexical, sem implicar retomada ou remissão do referente. Ocorrências como essas podem ser consideradas também como casos de referenciação implícita, pois, embora os itens lexicais sejam os mesmos, não referem os mesmos referentes e, dessa forma, são não co-referenciais e não co-significativos.

Ao analisarem ocorrências com esse tipo de processo de referenciação, tendo como itens repetidos no discurso o pronome “nós” e o nome “banana”, em um inquérito do NURC (DID, 328, linhas 63-102), Koch & Marcuschi (1998, p. 172) assim se expressaram a respeito desse fenômeno referencial: “na realidade, o que se observa é uma atividade de designação referencial em que não há necessidade de postular a existência de fenômenos e fatos, mas os fatos e os fenômenos são como que necessidades (realidades) discursivas”. Vejamos os fragmentos (11), como ilustração.

Observamos que, no fragmento (11), o item lexical gado apresenta-se três vezes, contudo cada realização expressa um referente distinto, porquanto primeiro refere-se a gado de um modo geral, a seguir, a um aglomerado de gado avistado pelo narrador, e, por último, a gado em sentido indeterminado. Podemos ainda observar que o sentido desse item lexical está condicionado a predicções mobilizadas pelo discurso e, assim, constitui-se como um referencial discursivo.

(11)... eu tinha medo de gado ... aí eu chego lá na fazenda que eu vi aquele monte de gado na fazenda né? agora fui mexer com gado (Medo de gado – Altamira)

Em conformidade com os resultados, concluímos que os processos de referenciação por anáforas associativas foram mais incidentes que os por anáfora esquemática. A preferência por processos associativos, a princípio, a nosso ver, parecia não ser concretizável com tal incidência, em virtude de esse processo envolver estratégias de retomada e, portanto, traços de co-referencialidade. Sendo os produtores das narrativas analisadas de baixa escolaridade, esperávamos uma atenção menor à co-referenciação, uma vez que esta pressupõe um certo grau de congruência sintática entre as formas referenciais que se envolvem no processo de construção dos discursos. Sendo assim, esperávamos que o fator baixo grau de escolaridade dos falantes em causa os levaria a realizar processos de referenciação mais

norteados por processos esquemáticos, uma vez que os esquemas cognitivos prescindem de conhecimento formal.

Por outro lado, se confrontarmos o total de ocorrências de cada uma dessas estratégias – 71 associativas e 27 esquemáticas – com o total de ocorrências de processos de referenciação, observados no “corpus” – 1587 –, veremos que tanto uma quanto outra estratégia foram muito pouco mobilizadas, o que significa dizer que elas parecem não ser instrumento privilegiado para a expressão dos propósitos interlocucionais desses falantes, o que nos leva, desse modo, a considerar que sobre tal aspecto o fator *baixo grau de escolaridade* pode estar intervindo.

As retomadas implícitas de antecedente por sinonímia, paráfrase, associação, metonímia, aqui generalizadas como associativas, com estabilidade/continuidade referencial foram usadas para, em relação ao referente, expressar juízos subjetivos que se refletem na escolha de forma de tratamento, na seleção de propriedades atributivas, em concepções culturais, em alusões indefinida/genérica.

Os processos de referenciação sem retomada e sem remissão, aqui chamados de anáforas esquemáticas, externaram idéias sugeridas do sentido coletivo de um termo, idéias que revelam conhecimento partilhado do falante, idéias sugeridas por mais de um referente e/ou mais de uma predicação textual. Julgamos que esse resultado decorra, pelo menos no que se refere às ocorrências realizadas por meio de itens lexicais, do fato de esses itens atuarem como referenciais discursivos, que refletem, no prosseguimento do discurso, referentes diversos expressos pelo mesmo item lexical, o que reflete da parte do falante conhecimento mais abrangente dos diferentes significados daqueles itens lexicais.

Observamos, ainda, que os processos de referenciação em causa, realizados na construção de narrativas, em grande parte, apelam para a cooperação do interlocutor. Talvez se possa atribuir esse fato ao baixo nível de escolaridade dos falantes, porquanto disso decorre conhecimento vocabular muito restrito. Outro dado a

salientar, que parece contribuir para esse apelo participativo, é que os itens/construções lexicais que permeiam as narrativas refletem, sobremaneira, o contexto cultural dos falantes, exigindo, portanto, do interlocutor um engajamento, tendo em vista o processamento de sentidos só inferidos com base no partilhamento de aspecto cognitivos e sócio-interacionais.

RÉSUMÉ: À partir d'un corpus constituée par des récits oraux du projet IFNOPAP (C.L.A – UFPA) nous analysons dans ce travail les stratégies de référenciation utilisant des anaphores associatives et schématiques. Notre référentiel théorique, d'ordre fonctionnaliste, considère les facteurs linguistique, socio-interractionnel et cognitif pour expliquer la production du discours et prend en compte les référents de discours comme des objets-de-discours.

MOTS-CLÉ: référenciation; catégorisation; objets-du-discours; anaphore associative; anaphore schématique.

BIBLIOGRAFIA

- APOTHÉLOZ, D. *Nominalisations, référents clandestins et anaphores atypiques*. In BERRENDONNER, A. / M-J. REICHLER-BÉGUELIN. Cahiers de praxématique (praxiling, Montpellier III), 1995.
- _____. M-J. REICHLER-BÉGUELIN. *Construction de référence et stratégies de désignation*. Tranel 23 – Du syntagme nominal aux objets-de-discours, 1995.
- BERRENDONNER, A. / M-J. REICHLER-BÉGUELIN. (1995). *Acords associatifs*. Cahiers de praxématique (praxiling, Montpellier III).
- CHIAVEGATTO, Valéria Coelho. *A função dos introdutores de espaços mentais*. In: GÄRTNER, Eberhard et. al. *Estudos de lingüística textual do português*. Frankfurt am Main: TFM, 2000. (Biblioteca luso-brasileira, 16).
- DIK, Simon C. *Functionalism in linguistics*. Philadelphia: John Benjamins, 1987.
- _____. *The theory of functional grammar*. Dordrecht, Holland: Foris Publications, 1989.
- FAUCONNIER, Gilles. *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

- _____. *Mappin in the thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- _____. SWEETSER, Ewe. *Spaces, worlds and grammar*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- FONTEL, Emanuel da Silva. A referenciação: reflexo de propósitos cognitivos e sócio-culturais. Dissertação de mestrado. UFPA. 2002.
- GIVÓN, T. *Coherence in text vs. coherence in mind*. In: Gernsbacher, M. A. & T. Givon, T. *Coherence in spontaneous text*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1995. p. 59 – 115.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold, 1985.
- _____. HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in english*. London: Longman, 1976.
- KLEIBER, Georges. *Anaphores et pronoms*. Louvain: Duculot, 1994.
- _____. *Referentes evolutifs, anaphore pronominale, coercion de type et Volkswagen*. In: LEEMAN, D.; BOONE, A. (orgs.). *Du percevoir ao dire*. Paris: L'Hartnattan, 1998.
- KOC, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1993. (Repensando a língua portuguesa).
- _____. *Expressões referenciais definidas e sua função textual*. Campinas-SP: IEL – UNICAMP, 1998. (mimeo).
- _____. *Estratégias de processamento textual*. Campinas-SP: IEL – UNICAMP, 1999. (mimeo).
- _____. *A referenciação textual como estratégia cognitivo-interacional*. In: BARROS, Kazue Saito Monteiro (org.). *Produção Textual: interação, processamento, variação*. Natal (RN): EDUFERN, 2000.
- _____. FAVERO, L. L. *Linguística textual: introdução*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1983.
- _____. *Discurso e referência*. Alfa, São Paulo, v. 28, 1984.
- _____. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Processos de referenciação na produção discursiva*. Delta, v. 14, 1998.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual*. In KOCH, Ingedore G. Villaça (org.). *Gramática do português falado*. 2. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1997.

- _____. *Referenciação e cognição: o caso da anáfora sem antecedente*. Encontro de Lingüística da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1998. Mimeo.
- _____. *Cognição e produção textual: processos de referenciação*. II Congresso nacional da ABRALIN, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1999a. Mimeo.
- _____. *Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais*. XII Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste – GELNE, Ceará, 1999b. Mimeo.
- _____. *Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita do português brasileiro*. 1999c. (no prelo).
- _____. *Aspectos lingüísticos, sociais e cognitivos na produção de sentido*. Revista do Gelne, v 1, n. 1999d.
- _____. In: GÄRTNER, Eberhard et. al. *Estudos de lingüística textual do português*. Frankfurt am Main: TFM, 2000. (Biblioteca luso-brasileira, 16).
- MILNER, J. C. *De la corference à la réciprocité: la semantique des pronoms réfléchis en français*. In: MILNER, J. C. *Ordres et raisons de langues*. Paris: Senil, 1982.
- MONDADA, Lorenza. *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir*. Approche linguistique de la construction des objets de discours. Lausanne: Université de la Lausanne, Faculté de Lettres, 1994.
- _____. *Processus de catégorisation et construction discursive des catégories*. Editions Kimé, 1997.
- _____. DUBOIS, D. *Constuction des objets de discours et categorisation: une approche des processus de référenciations*. In BERRENDONNER, A. / M-J. REICHLER-BÉGUELIN. (1995). *Cahiers de praxématique (praxiling, Montpellier III)*, 1995.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Uma visão geral da gramática funcional*. Alfa, v.38, 1994 p. 109 – 127.
- _____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NOGUEIRA, Márcia Teixeira. *Aposição e co-referencialidade*. Veredas, v. 2, n. 2, 1998.
- _____. *Funções textual-discursivas da aposição em língua portuguesa*. 2001. (no prelo).
- SAEED, John. *Semantics*. Oxford: Blackwell, 1997.

SILVA, Fátima (org.). *A dimensão cognitiva na anáfora associativa: um exemplo*. Separata de: Actas do 1º Encontro Internacional de Lingüística Cognitiva, Porto, 29 - 30.5.1998.

VAN DIJK, Teun Andrianus. *Text and context*. Londres: Longman. 1977.

_____. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992.